



Moratória traria consigo escassez e alta de preços

MILANO LOPES
Da Editoria de Economia

O que acontecerá com o País e com o indivíduo em particular, com a decretação de uma moratória, depende de como ela é feita: se for negociada com os banqueiros credores terá um efeito; se for unilateral, representando um confronto aberto, terá outro efeito. Neste último caso, na hipótese de o Brasil anunciar, unilateralmente, a suspensão dos pagamentos internacionais por tempo indeterminado, mesmo que não repudie a dívida, o efeito imediato é a suspensão dos créditos comerciais e interbancários no montante de US\$ 14,6 bilhões, que financiam o comércio exterior do País e mantêm seus bancos em operação nas praças internacionais.

OS EFEITOS

A suspensão dessas duas linhas de crédito, que em condições normais são renovadas automaticamente a cada acerto com os credores, significaria que o País teria de comprar à vista uma boa parte de suas importações, a começar pelo petróleo. A compra não financiada de óleo pesa pouco na conta de comércio, cerca de US\$ 3 bilhões ao ano, em termos líquidos, ou seja, descontada a exportação de derivados, mas exigiria um esforço de produção de divisas que o Brasil teria que fazer.

Outras matérias-primas e insumos essenciais destinados a manter a atividade produtiva dos setores-chaves da indústria também teriam que ser adquiridas à vista no exterior. Um processo de substituição de importações poderia ser imediatamente deflagrado, da mesma forma que a aceleração da exploração do petróleo nacional, para reduzir a dependência das importações, mas os primeiros resultados somente se fariam sentir a partir de 18 meses.

Como o País tem uma extensa pauta de importações de máquinas, componentes e equipamentos industriais que não é vantagem produzir por aqui, por causa da reduzida demanda, teria igualmente de manter essas compras no exterior pagando a vista, representando mais uma necessidade de divisas, hoje estimada em torno de US\$ 500 milhões.

Os produtos agrícolas, inclusive trigo, também teriam que ser comprados cash, pelo menos nos Estados Unidos e no Canadá, países que certamente se solidarizariam com os bancos afetados pela moratória. Em relação ao trigo, a alternativa seria buscar um financiamento de longo prazo com a Argentina ou os países do Leste Europeu que tivessem alguma disponibilidade do produto. Como o Brasil é credor de alguns desses países, como a Polônia, poderia haver uma importação compensatória, mas o problema é identificar os produtos que poderiam

ser objeto dessa transação.

O HOMEM

Para o brasileiro comum, o efeito seria duplo: escassez de produtos importados e custo elevado, ou seja, a instauração de um processo de estagnação, ainda que a implantação, a curto prazo, de um processo de substituição de importações pudesse gerar algum crescimento na atividade produtiva e no nível de emprego, a exemplo do que ocorreu no País durante a Segunda Guerra Mundial, ou anteriormente no crack da bolsa americana de 1929.

Como o Brasil importa desde alho até aparelhos de injeção, o mercado sofreria, nos primeiros meses, uma crise de escassez desses produtos, estimulando-se o contrabando, o ágio e o câmbio-negro. Produtos como café e a soja poderiam sair ilegalmente do País através das fronteiras do Norte e ao Sul do continente e retornarem em forma de produtos manufaturados, equipamentos e até alimentos produzidos no exterior e não encontrados no mercado interno.

A longo prazo, a dificuldade de importação de matérias-primas levaria a uma redução significativa na atividade produtiva e, portanto, da oferta de produtos como bens duráveis, desaparecendo dos supermercados produtos eletrônicos e eletroeletrônicos cuja produção ainda depende de importação de componentes. Os interessados teriam que gastar muito mais adquirindo tais produtos no contrabando.